**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ ELEITORAL DA 8ª ZONA ELEITORAL DO MARANHÃO.**

# DISTRIBUIÇÃO URGENTE

**REQUERIMENTO LIMINAR**

**COLIGAÇÃO “COROATÁ COM A FORÇA DE TODOS”**, por meio de seu representante legal Elias Gomes Moura Neto, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado no Sitio Cajueiro, Bairro Cajueiro, S/N, Coroatá/MA, por seu patrono subfirmado (procuração anexa – doc. 01), este com escritórios estabelecidos nos endereços constantes do rodapé, onde recebe as intimações e notificações, vem, respeitosamente, perante V. Exª., com supedâneo **§ 9° do art. 14 e incisos XXXIV, “a”; XXXV; LIV e LV do art. 5° da Carta Magna** combinados com os **arts. 19, 22 e seguintes da LC 64/90**, propor a presente

**REPRESENTAÇÃO (AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL)**

**com pedido de**

**LIMINAR**

***Inaudita altera pars***

contra

**FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**, brasileiro, casado, **Governador do Estado do Maranhão**, autoridade que pode ser localizada para notificação no Palácio dos Leões, situado na Av. Dom Pedro II, s/n, centro, São Luís – MA, **MÁRCIO JERRY SARAIVA BARROSO**, brasileiro, casado, secretário de Estado de Articulação Politica, podendo ser localizado na Av. Dom Pedro II, s/n, centro, São Luís – MA, **CLAYTON NOLETO SILVA**, brasileiro, casado, secretário de Estado de Infra Estrutura do Estado do Maranhão, podendo ser localizado com endereço à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n. º, Edifício Nagib Haickel, 3º andar, Bairro Calhau - São Luis-MA, **LUIS MENDES FERREIRA FILHO (LUIS DA AMOVELAR FILHO),** brasileiro, solteiro, candidato a Prefeito no Município de Coroatá/MA pelo Partido dos Trabalhadores – PT, domiciliado à Rua do Sol, 820, centro, Coroatá/MA, e **DOMINGOS ALBERTO ALVES DE SOUSA,** brasileiro, casado, candidato a vice-prefeito no Município de Coroatá/MA, podendo ser intimado nos endereços indicados no respectivos RRC, ambos candidatos a prefeito e vice-prefeito pela coligação “**COROATÁ QUER MUDANÇA”,** inscrita no CNPJ nº. 25561308/0001-37, com endereço na Travessa Gomes de Sousa, 1938, Centro, Coroatá/MA, tel. (99) 3641-0558,, aduzindo, para tanto, o que se segue:

**DOS FATOS**

**Das considerações iniciais**

01. O Representado **Flávio Dino**, atual Governador do Estado do Maranhão – em decorrência de inimizade capital que nutre pela candidata **Teresa Murad** e sobretudo ao seu esposo **Ricardo Murad** – logo que tomou posse como governador decidiu que iria ganhar as eleições em Coroatá de qualquer jeito.

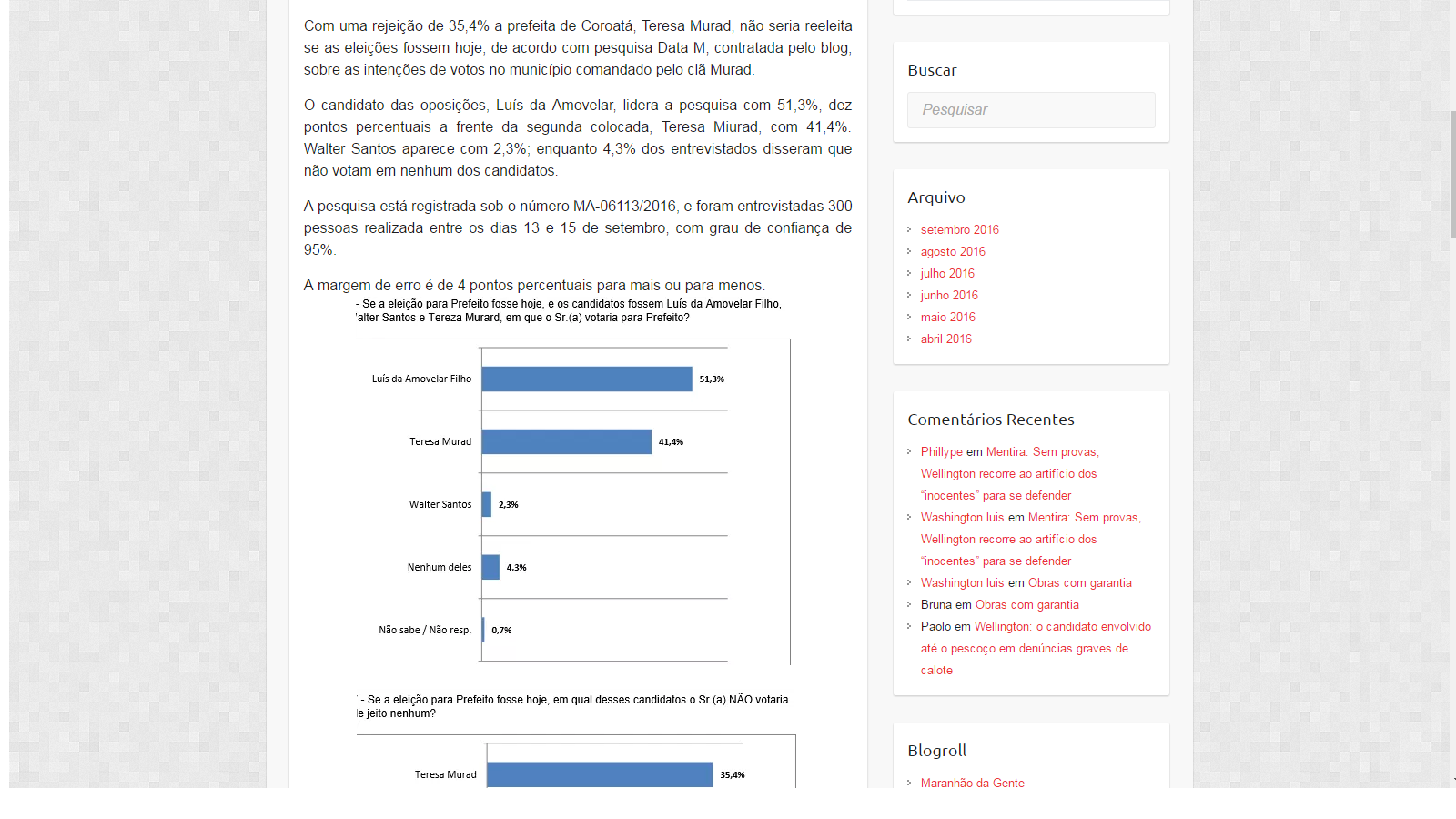
02. Para tanto, como primeira medida, entregou toda a estrutura de órgãos públicos do Estado do Maranhão na cidade de Coroatá e região para os adversários políticos da candidata da Representante, sobretudo no período eleitoral.

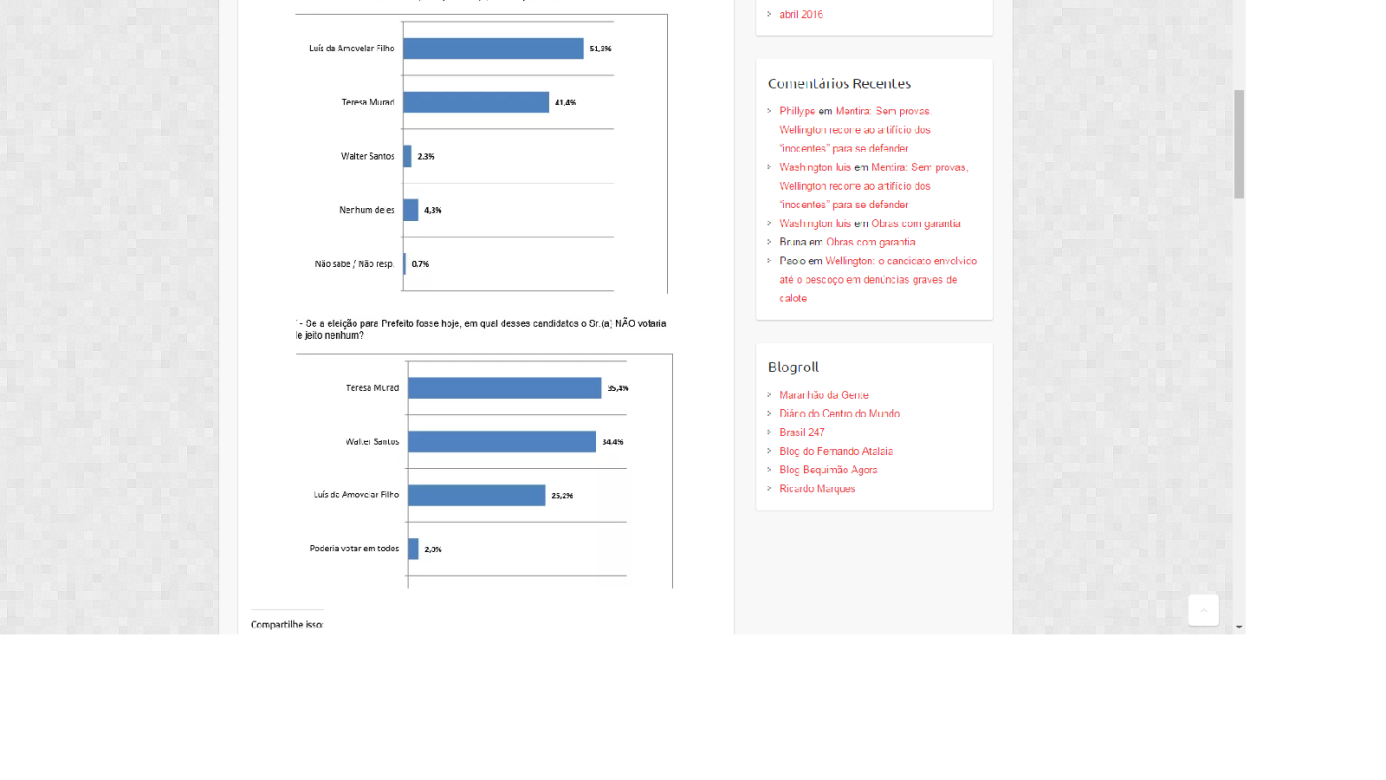
03. Chegado o período eleitoral, dezenas de institutos de pesquisas pagos com recursos do Estado do Maranhão apontavam que a primeira estratégia não estava dando fruto, decidiu o Representado **Flávio Dino** comparecer em comício eleitoral dos Representados LUIS MENDES FERREIRA FILHO (LUIS DA AMOVELAR FILHO) e DOMINGOS ALBERTO ALVES DE SOUSA para anunciar que obras de asfaltamento de vias públicas na cidade e que melhorias futuras dependeriam de eleição das pessoas indicadas por ele como candidatos.

04. Para ser mais preciso, disse o governador: **“(..,) a gente precisa de união e a pessoa pra gente andar unido, andar na direção certa poder fazer as coisas que Coroatá precisa pra ter as portas do palácio dos Leões abertas é esse que esta aqui do meu lado, é esse candidato esse amigo é esse companheiro.”**. Veja-se degravação e mídia anexa.

05. Porque o discurso de somente abrir as portas no Palácio dos Leões para os candidatos Representados LUIS MENDES FERREIRA FILHO (LUIS DA AMOVELAR FILHO) e DOMINGOS ALBERTO ALVES DE SOUSA forem eleitos?????? Ademais, fora utilizado um instituto de pesquisa mantido pelo erário estadual para divulgar pesquisa, o que restou debalde, haja vista logo foi identificado que a pesquisa era uma fraude, já que nem a soma dos números apresentados totalizavam 100%, conforme as postagens da pesquisa no Blog do Garrone[[1]](#footnote-1):







06. No grau máximo da ilicitude, já que os atos anteriores não estavam a surtir os efeitos eleitorais pretendidos, o Representado **Flavio Dino** determinou que o Representado **Clayton Noleto** tomasse de assalto as ruas da cidade de Coroatá com máquinas e caçambas para a realização de pavimentação asfáltica, como se verifica pelas fotografias e mídias anexas.

07. E o ato se torna ainda mais grave porque as obras de pavimentação foi realizado à revelia da municipalidade, haja vista que sem alvará e qualquer outra prévia comunicação à municipalidade, como será demonstrado adiante.

08. Pior: as obras são absolutamente irregulares, pois sem ART, sem projeto básico e em completa desarmonia com os princípios da administração pública.

09. Para comprovar que o benefício oferecido à população foi dos candidatos LUIS MENDES FERREIRA FILHO (LUIS DA AMOVELAR FILHO) e DOMINGOS ALBERTO ALVES DE SOUSA, o Representado **Flavio Dino** determinou que o Representado **Márcio Jerry** realizasse comício eleitoral para anunciar as obras e vincular o resultado às candidaturas dos destes candidatos, conforme se depreende das mídias em anexo.

10. É de se registrar que as obras são comandadas e determinadas pelos Representados ora candidatos e correligionários, conforme fotografias e mídias anexas.

11. Manifesto, pois, que a engrenagem do Estado (máquina pública) passou a se movimentar norteada pelo desígnio definido pelo Representado-governador, em total desvirtuamento do interesse publico, logo, agindo em nítido desvio de finalidade.

12. Este acontecimento – diga-se, **notório**, forçosamente deve encimar os fatos pertinentes à presente ação. Isso porque – pelo cotejamento sistemático desses acontecimentos pretéritos com os fatos aqui narrados, se torna possível fazer o liame entre uns e outros. Há, sem sombra de dúvida, uma conexão, um encadeamento de atos que têm como único desiderato tentar, a qualquer custo e às expensas do erário do Estado, vencer as eleições de 2016.

13. É por intermédio desse encadeamento que se traz à luz o estratagema “administrativo-político-eleitoral” que tem como escopo único e último as eleições de 2016.

14. O artifício reside em utilizar a máquina pública com o fim de viabilizar a eleição de LUIS MENDES FERREIRA FILHO (LUIS DA AMOVELAR FILHO) e DOMINGOS ALBERTO ALVES DE SOUSA no município de Coroatá.

15. Frise-se, igualmente, que todos os integrantes do conluio “administrativo-político-eleitoral” são cônscios dos meios a ser usados e dos fins por ela mirados.

**Dos fatos pertinentes à presente ação**

16. No pleito majoritário do corrente ano, no município Coroatá, os requeridos nas condições de candidatos à Prefeito e vice-Prefeito, no decorrer da campanha eleitoral, buscam a todo custo concretizar a tão almejada eleição. E, para tanto, fazem uso, em conjunto com os demais apoiadores, de meios ilícitos para conquistar votos da população capazes de ferir a normalidade e legitimidade das eleições.

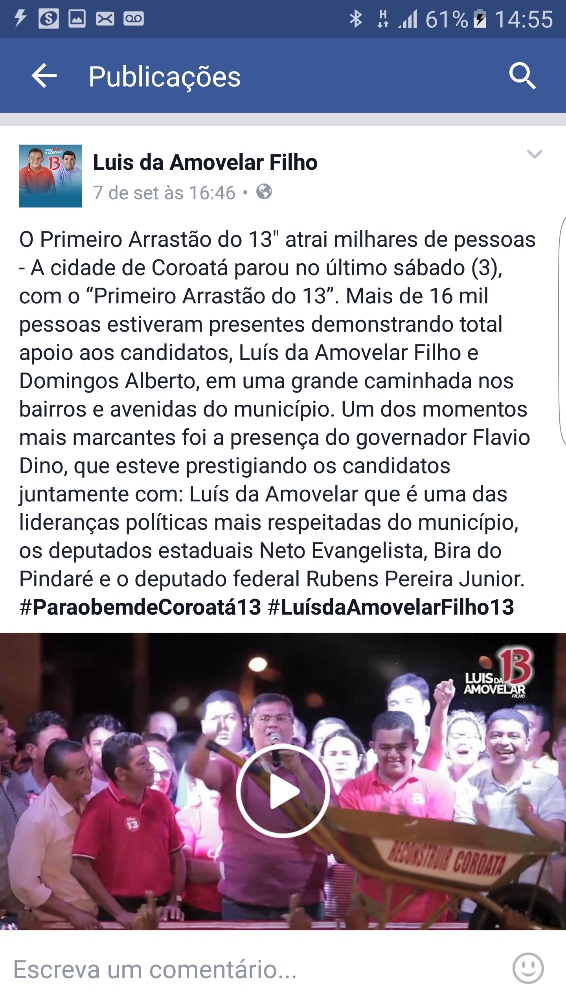
17. Os candidatos a Prefeito e Vice – Prefeito, Luis da Amovelar Filho e Domingos Alberto, respectivamente, que concorrem pela Coligação “Coroatá quer mudança”, praticam escancaradamente abuso de poder econômico, político e captação de sufrágio vedada por lei, mediante farta compra de votos e troca de bens e favores, dinheiro em espécie, promessa de motocicleta, promessa de empregos, doação de areia, tijolos, ferro, telha, tudo isso visando a obtenção de mandatos eletivos, em menosprezo à legislação eleitoral e zombando da própria Justiça Eleitoral, do Ministério Público Eleitoral e da sociedade brasileira, que não aceita mais esse comportamento antidemocrático, ilegal, abusivo e criminoso, pois macula nossa história, a liberdade de expressão e o direito de livre escolha de quem deve dirigir os destinos dos Municípios, dos Estados-Membros e do País.

18. Os candidatos da coligação “Coroatá que mudança” são apoiados diretamente pelo Governador do Estado Flavio Dino e pelo Secretário de Estado de Articulação Política Marcio Jerry, que usam toda a estrutura do Governo do Estado do Maranhão para promover a eleição destes candidatos. Saliente-se que tal apoio é público e de conhecimento de toda população local, conforme os diversos atos políticos em prol de Luis da Amovelar Filho nos quais toda a cúpula do Governo do Estado se fez presente, como comícios, passeatas e etc.

[[2]](#footnote-2)



[[3]](#footnote-3)





19. Pois bem, Excelência. Sucede que a Coligação “Coroatá Quer Mudança” vem propagando em várias ocasiões que seu candidato ao cargo majoritário de Prefeito detém o apoio maciço do Governo do Estado do Maranhão, na pessoa do Governador Flávio Dino, como se percebe no vídeo em anexo. **(documento 01), e que como prova de que Coroatá será beneficiada com o Governo do Estado, em caso da eleição deles, o governo estará promovendo diversas intervenções no município.**

20. Em algumas dessas veiculações foi dito e reafirmado pelos candidatos e correligionários que o Estado do Maranhão, de forma direta e exclusiva, executaria em todo perímetro desta cidade, uma força tarefa de pavimentação asfáltica.

21. Em visitas realizadas pelos candidatos da coligação “Coroatá quer mudança” nos bairros União, Rua do Sol e outros, os candidatos Luis da Amovelar Filho e Domingos Alberto prometeram asfaltar determinadas ruas de acordo com as necessidades da população daqueles bairros em troca do apoio político, já apostando que o governo do Estado honraria com a promessa de ajuda-los politicamente na eleição municipal. Tudo isso na presença de diversas lideranças da localidade.

22. Pois bem. Eis que no dia 20 de setembro de 2016, sem qualquer procedimento prévio, como por exemplo, comunicação à prefeitura municipal de que algumas ruas da cidade sofreriam intervenção, obtenção de alvará de obra, pagamento de taxas, cadastro na secretaria de desenvolvimento econômico – para fins de pagamento de ISS-, e tampouco sem qualquer estudo prévio de viabilidade ou impacto ambiental, a **Empresa Edenconsil Construções e Locações LTDA adentrou a cidade, com espetáculo midiático jamais visto em Coroatá, com desfile de grande maquinário, acompanhada de comboio de militantes da coligação “Coroatá quer mudança” e candidatos, já aplicando diretamente na rua camada asfáltica, de péssima qualidade, com o único objetivo de enganar a população de que o bairro seria todo pavimentando, caso o CandidTO Luis Filho ganhasse as eleições.**

23. Note-se que não se trata de recuperação de ruas ou avenidas, mas sim de pavimentação completa de rua que nunca teve pavimentação asfáltica, apenas pavimentação por paralelepípedo que é ecologicamente menos ofensivo.

24. Outrossim, não houve qualquer serviço prévio de drenagem ou sarjeta, restando clara que tal serviço foi ordenado às pressas para fins puramente eleitoreiros em prol dos candidatos apoiados pelo Governador Flavio Dino.





























25. A prefeitura tão logo tomou conhecimento de início de obra não autorizada, notificou a empresa a apresentar documentos para obtenção de alvará. Seguidamente ao recebimento da notificação a empresa apresentou a Prefeitura documentos e requerimento de concessão de alvará. **(documento 03)**

26. Ocorre que, conforme já era esperado, a empresa não dispõe de documentos e informações para obtenção de alvará para início de obra. Sequer apresentou o projeto de engenharia, indispensável nesse tipo de empreendimento. Além disso, a anotação de responsabilidade técnica do engenheiro da obra está vencida desde 19.06.2014.

27. Evidente o intuito único de se obter vantagens indevida no presente caso através do abuso do poder político, no qual se configura  caracteriza-se quando determinado agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade da disputa eleitoral e a legitimidade do pleito em benefício de sua candidatura ou de terceiros.

28. Tal fato causa ainda mais estranheza quanto à “escolha”, justamente ás vésperas da eleição, do Governo do Estado realizar tais serviços neste Município.

29. Importante destacar que qualquer obra que melhore a qualidade de vida da polulação coroataense, independentemente quem as execute, é sempre bem vinda! O que não se pode admitir é o desvio de finalidade nos atos emanados pelo Governo do Estado, inimigo político do atual grupo que gere a Prefeitura de Coroatá.

30. Outro fato que causa estranheza, nobre julgador, recai no ponto, que imediatamente após a chegada e início dos trabalhos pela referida empresa, vários correligionários e carros adesivados com foto do Candidato a prefeito da coligação supracitada, como de candidatos a vereadores se dirigiram aquela localidade, caracterizando verdadeira caravana, que ali se instalou e permaneceram até o termino dos trabalhos, que ocorreu naquela mesma tarde.

31. Outrossim, toda a execução do serviço foi acompanhado pelo presidente municipal do PCdoB, Sr. Sebastião de Araujo, conforme foto abaixo:



32. Outro ponto, Excelência, que merece ser esclarecido, aflora no ponto que quando da execução da referida obra, diga-se surpresa, não houve a fixação de qualquer placa informando o valor da referida obra, tampouco a existência de convênio com o município de Coroatá.

33. Nesse desiderato, como se demonstra nos documentos em anexo, resta nítida a captação ilícita de sufrágio pelos os representados quando distribui vantagens pessoais de toda ordem à população em troca de votos, bem como o abuso de poder político.

34. Tal conduta do Governador do Estado do Maranhão para alavancar as candidaturas dos seus aliados pelo interior do estado é reiterada. Isto porque em diversos município o *modus operandi* do abuso de poder político foi o mesmo, e já foi denunciado em diversos meios de comunicação.

35. O que se revela Excelência, é o mais puro abuso de poder político, vez que não se comenta outra coisa na cidade de Coroatá senão que o candidato Luis da Amovelar Filho é quem dá tijolo, areia e outras vantagens pessoais de qualquer natureza.

36. As imagens que carreiam esta peça, documentado por um cinegrafista amador, explicitam o ato de distribuição de favores e vantagens, não deixando qualquer margem de dúvida de que efetivamente se trata de compra de votos, o que merece pronto e eficaz providência advinda da Justiça Eleitoral.

37. É necessária uma intervenção imediata no município para apurar os fatos acima narrados, fatos estes que irão comprometer totalmente a lisura das eleições municipais de 2016. É preciso dar um basta nesta praga eleitoreira, qual seja, o abuso do poder econômico em prol da captação ilícita de sufrágio.

**Da conclusão fática**

38. Os atos dos Representados atentam contra **princípios federativos** que disciplinam as competências e atribuições dos entes da federação, ferem os princípios constitucionais da **supremacia do interesse público sobre o particular**, **motivação obrigatória dos atos administrativos**, **da ordem pública institucional**, **razoabilidade** e **proporcionalidade**, **legalidade**, **impessoalidade**, **eficiência** e, notadamente, da **moralidade**.

39. Como se demonstrará adiante, porque violados os princípios supracitados, incorrem os Representados em **abuso de poder** e houve violação a direito subjetivo **constitucional** do Município de Coroatá.

40. Com efeito, é fácil identificar que os “negócios escusos” dos Representados são atos de agressão à autonomia e independência do Município e delegação inconstitucional, ilegal e imoral de competências exclusiva da comuna, pelo Estado do Maranhão, a uma empresa privada, tudo com o propósito de ofender os poderes locais e colher dividendos eleitorais, como se extrai de todo o material probatório anexo.

41. Estes, os fatos que importava relatar.

**DAS INCONSTITUCIONALIDADES, ILEGALIDADES E ABUSOS DE PODER**

**Preâmbulo**

42. Para alcançar os ilícitos objetivos eleitorais visados com as obras de asfaltamento o Representado **Flávio Dino** (Governador do Estado do Maranhão), com o eficaz e obediente auxílio dos Representados **Clayton Noleto e Márcio Jerry** (secretários de Estado), não se ateve às normas do ordenamento jurídico pátrio atinente à regular e lícita aplicação dos recursos públicos.

43. Os atos dos Representados – em concurso, implicam desvirtuamento da natureza das obras públicas, gestão temerária, malversação de recursos públicos, **abuso de poder (desvio de finalidade)** e, pior, **violam princípios constitucionais**, princípios da Lei de Licitação e, especificamente, os princípios alusivos às finanças e gestão de recursos públicos (legalidade, legitimidade e economicidade) que, reunidos, constituem abuso de poder político, econômico e administrativo.

**Da violação aos princípios constitucionais federativos da independência e separação dos poderes, da autonomia municipal e da não-intervenção (arts. 2º, 29, 30 e 35 da Constituição da República)**

44. A partir do momento em que o Representado **Flávio Dino** determina a realização de obras de asfaltamento, por intermédio de uma empresa privada, e sem permissão do Município de Coroatá, sem nenhuma participação da municipalidade (entidade com competência e poderes para disciplinar as edificações na zona urbana), pratica ato de intervenção indevida, ilegal e inconstitucional, haja vista vulnerar os **princípios constitucional da independência e separação dos poderes e da não-intervenção** (abuso do poder político e administrativo).

45. Por via reflexa e direta, vulnera, também, o **princípio da autonomia** dos entes federados e usurpa e transfere a pessoa jurídica de direito privado competências exclusivas das municipalidades (abuso do poder político e administrativo).

46. É preceito constitucional (**art. 30, I e V da CF/88**) que o município é que tem competência para legislar sobre assunto de interesse local e organizar e prestar, **diretamente ou sob regime de concessão ou permissão**, os serviços públicos de interesse local, como é o caso de pavimentação das vias públicas urbanas.

47. Ditos princípios, portanto, foram violados porque na cidade de Coroatá somente a municipalidade é que pode realizar ou autorizar as obras comandadas pelos candidatos Representados. Como a municipalidade não autorizou e nem é partícipe da obra, não poderia ter ocorrido indevidas intervenção e invasão de competência.

48. Ademais, a realização de obras de pavimentação asfáltica implica intervenção em vias e logradouros públicos a ensejar, também, invasão indevida de competência do Município, haja vista que, dentre as competências das municipalidades, identifica-se a de ***controle das construções urbanas***, ou seja, cabe às municipalidades disciplinar o **ordenamento urbano** (regulação edilícia, traçado urbano, uso e ocupação do solo urbano, zoneamento, loteamento, estética urbana etc.). Enfim, tal ordenamento, **“(...) são de observância obrigatória não só pelo Município e pelos particulares, como também pelos órgãos estaduais e federais que realizarem obras ou serviços na área planificada pela Municipalidade”[[4]](#footnote-4)**.

49. No dizer de **HELY LOPES MEIRELLES**, **“a realização de obras públicas de interesse local é da competência do município, constituindo uma das atribuições mais relevantes do governo comunal”**.

50. Ditos princípios, insertos nos **arts. 2º 29**, **30** e **35** da **Constituição da República**, foram violados pelos atos que os Representados, em concurso, estão a perpetrar.

51. Destaque-se: **“(...) É indubitável a competência do município para ordenação das atividades urbanas que afetam a vida e o bem-estar de sua população, porque isto é matéria de seu peculiar interesse, atribuído constitucionalmente à administração local, (...)”[[5]](#footnote-5)**, não podendo, nessa seara, intervir nenhum outro poder, sob pena de interferência inconstitucional, ilegal e indevida na administração local, **com violação do princípio da separação dos poderes da República, instituído no artigo 2º da Constituição Federal**.

**Da violação a princípios e preceitos da Constituição do Estado do Maranhão (CEMA)**

52. Pelas mesmas razões fáticas e jurídicas constantes do tópico anterior, fica evidente que os atos dos Representados violam princípios e preceitos da **CEMA**, conforme se observa dos dispositivos constitucionais adiante transcritos:

**CEMA**

**Art. 1º. O Estado do Maranhão e os Municípios integram, com autonomia político-administrativa, a República Federativa do Brasil.**

**§ 2º. O Estado organiza-se e rege-se por esta Constituição e as leis que adotar, observados os princípios constitucionais da República.**

**Art. 2º. São fundamentos do Estado:**

**I - a autonomia;**

**Art. 4º. É assegurada, no seu território e nos limites de sua competência, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais, nos termos da Constituição Federal.**

**Art. 11. Ficam reservadas ao Estado todas as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal.**

**Art. 12. Compete, ainda, ao Estado:**

**I - em comum com a União e os Municípios:**

***a)* zelar pela guarda da Constituição Federal e desta Constituição, das leis e das instituições democráticas, e pela preservação do patrimônio público;**

**Art. 13. Incluem-se entre os bens do Estado:**

**II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, Municípios e terceiros;**

**Art. 16 - O Estado não intervirá em Município, salvo quando:**

**I - deixar de ser paga a dívida fundada, por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior;**

**II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;**

**III - não tiver sido aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o mínimo exigido da receita municipal, estabelecido nesta Constituição;**

**IV - O Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados nesta Constituição, ou para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial.**

**Art. 19. A Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:**

**Art. 141. O Município, unidade territorial com autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se pelos termos da Constituição Federal, des­ta Constituição e da respectiva Lei Orgânica.**

**Art*.* 147. Compete ao Município:**

**I - legislar sobre os assuntos locais;**

**V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de in­teresse local, incluindo-se nestes o transporte coletivo, que tem caráter essencial;**

**VI - manter os serviços obrigatórios de atendimento à cultura, à educação pré-escolar e de ensino funda­mental, à saúde e à habitação, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.**

**VII - promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;**

**XI - gerir os interesses locais como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;**

**XII - exercer outras atribuições previstas em lei.**

**Do desvirtuamento da natureza dos convênios – Ilegalidade e imoralidade qualificadas pelo desvio de finalidade**

53. Estado do Maranhão – por intermédio das suas secretarias e a mando do Representado-governador, determinou a realização de obras ilegais com o único objetivo de cumprir o “objeto” político-eleitoral do interesse dos candidatos Representados.

54. O fim último foi atendido: prestigiar os candidatos Representados.

55. Não há dúvida, portanto, que os Representados estão a desvirtuar a natureza de obras públicas, a caracterizar – tal conduta, em verdadeiro **abuso de poder** da espécie ***desvio de finalidade***, pois o desvirtuamento é ainda por visar fins eleitorais.

# Da violação aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público sobre o privado, da motivação obrigatória dos atos administrativos, da ordem pública institucional, da razoabilidade e proporcionalidade, da legalidade, da impessoalidade, da eficiência e da moralidade, todos da Constituição da República

56. Os atos abusivos dos Representados não somente são uma clara intervenção indevida de um poder noutro e usurpação e invasão de competência, em suma, **verdadeira violação à ordem jurídica constitucional**. São, também, atos revestidos de inconstitucionalidade e ilegalidade qualificados pela violação dos princípios norteadores da administração pública (**art. 37, *caput***). Atentam e violam gravemente não somente direitos do Município de Coroatá; repercutem negativamente no ordenamento jurídico e vulnera indelevelmente o Estado Democrático de Direito e, porventura permaneçam incólumes, **a autenticidade substancial do processo eleitoral de 2016**.

57. Os atos abusivos dos Representados, a um só tempo, violam os princípios constitucionais insertos no **art. 37**, ***caput***, da **Constituição da República**, porquanto não encontram respaldo no ordenamento jurídico pátrio (**princípio da legalidade**); porque foram motivados por perseguição e animosidade (contra adversários) e favorecimento (aliados políticos) incompatíveis com o exercício de qualquer cargo público (**princípio da impessoalidade**); porque estão em desconformidade com os princípios éticos inerentes à administração pública (**princípio da moralidade**) e porque geram tumulto e instabilidade institucional (**princípio da eficiência**). São, portanto, atos inconstitucionais e ilegais sem dúvida.

58. A par disso, há de se concluir, ainda, que os atos abusivos dos Representados violam princípios constitucionais implícitos, princípios estes que a doutrina e os tribunais pátrios entendem decorrentes do próprio sistema e, nalgumas vezes, dos próprios princípios expressos no texto magno. Dessarte, violados, também, foram os princípios da **supremacia do interesse público sobre o privado** (princípio da finalidade pública), haja vista que os atos impugnados tiveram como único móvel os interesses privados dos Representados em causar constrangimentos ao Município de Coaroatá por meio de invasão de competência e intervenção indevida; da **motivação obrigatória dos atos administrativos**, porque inexistente motivo legal; da **ordem pública institucional** (princípio da hierarquia), porque provocam instabilidade nas competências e prerrogativas inerentes aos poderes constituídos e da **razoabilidade** e **proporcionalidade**, porque sem os fundamentos de fato e de direito que os sustentam e não guardam **“uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim que a lei deseja alcançar, (...)” [[6]](#footnote-6)**.

**Da violação aos princípios legalidade, legitimidade e economicidade (normas de direito financeiro e orçamentário)**

59. Sobre o princípio da legalidade, no corpo da presente ação ele é objeto de comentários quando se trata dos princípios constitucionais gerais violados. Esse tópico fica reservado para expender considerações sobre a violação aos princípios da legitimidade e economicidade no que tange à gestão de recursos públicos.

60. Ilegítimos são os atos de realização das obras de pavimentação asfaltica porque nelas não estão contemplados o interesse público e a moralidade. **“Traduz o controle da legitimidade a aferição direta entre os motivos determinantes do ato administrativo e os resultados diretos e indiretos alcançados ou pretendidos. Nesse itinerário, (...), devem operar, em plenitude, os vetores da impessoalidade e da supremacia do interesse público”[[7]](#footnote-7)**. Numa frase: **“O desvio de finalidade é uma das expressões do ato ilegítimo”[[8]](#footnote-8)**.

61. De outro lado, tais obras são lesivas à economicidade porque a relação entre custo e benefício do objeto e os resultados para a coletividade ficaram afetados nos aspectos da eficiência e eficácia, já que estão sendo realizadas sem planejamento etc. Como dito, o fim único e dispender recursos públicos para fins eleitorais.

# Do abuso de poder – Desvio de poder, desvio de finalidade

62. O fim mirado com as obras é auxiliar os candidatos do Representado-governador, assim como agredir a municipalidade que não capitulou, o que constitui evidente **desvio de finalidade** (ilegalidade)..

63. De outro lado, não se pode ignorar as questões referentes à **motivação** e **finalidade** para dizer que os atos dos Representados constituem atos teratológicos, patente **abuso de poder**. Sobre o tema, colhe-se na doutrina de **CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO** as seguintes lições: **“Na administração o dever e a finalidade são predominantes, no domínio, à vontade” [[9]](#footnote-9)**. **“(...) na administração os bens e os interesses *não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador*. Antes, para este, coloca-se a obrigação de curá-los nos termos da finalidade a que estão adstritos. É a ordem legal que dispõe sobre ela” [[10]](#footnote-10)**. **“(...) só se cumpre a legalidade quando se atende à sua finalidade. Atividade administrativa desencontrada com o fim legal é inválida e por isso juridicamente censurável”[[11]](#footnote-11)**. **“Victor Nunes Leal, sempre seguro e oportuno, comenta: ‘Se a Administração não atende ao *fim legal*, a que está obrigada, entende-se que abusou de seu poder (...). O fim legal é, sem dúvida, um limite ao poder discricionário” [[12]](#footnote-12)**.

64. Os atos dos Representados, portanto, constituem abuso de poder na modalidade ***desvio de poder***. **JOSÉ CRETELLA JÚNIOR**, acerca desse vício do ato administrativo, assevera que **“Ao contrário do que julgam muitos tratadistas, a legalidade não é formada apenas de elementos externos, relacionados com a competência, objeto e forma. A legalidade penetra até nos motivos e, principalmente, até o *fim* do ato. É ilegal o ato em que o fim é viciado. Sendo o *desvio de poder* o uso indevido ou viciado que de suas atribuições faz a autoridade, tudo se resolve, afinal, num problema de *excesso ou abuso de poder* e este, por sua vez, conduz à incompetência”**.

65. Outro requisito de validade do ato administrativo que não pode ser olvidado na análise dos atos do Representados é a **vontade**, o **móvel**, a **intenção** deles quando os praticaram. Não confundir móvel com motivo. Aquele **“(...) corresponde àquilo que suscita a vontade do agente (intenção)”**. Como resta evidente, os Representados decidiram intervir na municipalidade e, ao mesmo tempo, invadir competência do ente com a finalidade de obter dividendos eleitorais em benefício dos candidatos indicados pelo Representado-Governador. Os atos praticados pelos Representados, dessa forma, além de despidos de qualquer finalidade, carecem de **móvel hígido**, eis que a intenção é unicamente perseguir desafetos políticos e favorecer eleitoralmente os aliados. **“Nesses casos, se o móvel do agente for viciado por sentimentos de favoritismo ou perseguição, o ato será inválido”**.

66. A conjugação de todos esses elementos – violação de princípios constitucionais e abuso de poder implicam, necessariamente, na conclusão inarredável de que, nos atos dos Representados, ocorreu **abuso de poder político e econômico**. Na dicção da doutrina de **CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO** **“Ocorre desvio de poder e, portanto, invalidade, quando o agente se serve de um ato para satisfazer finalidade alheia à natureza do ato utilizado” [[13]](#footnote-13)**. **“Há, em conseqüência, um *mau uso da competência* que o agente possui para praticar atos administrativos, traduzindo na busca de uma *finalidade* que simplesmente não pode ser buscada ou, quando possa, não pode sê-lo através do ato utilizado” [[14]](#footnote-14)**.

67. Em síntese, como deduz **HELY LOPES MEIRELLES**, **“O desvio de finalidade ou de poder é, assim, a violação ideológica da lei, ou, por outras palavras, a violação moral da lei, colimando o administrador público fins não queridos pelo legislador, ou utilizando motivos e meios imorais para a prática de um ato administrativo aparentemente legal” [[15]](#footnote-15)**.

68. Conclusão: **“a decisão discricionária do funcionário será ilegítima, apesar de não transgredir nenhuma norma concreta e expressa, se é ‘irrazoável’, (...)” [[16]](#footnote-16)**. **“Em conseqüência, se, ao usar de tais poderes, a autoridade administrativa objetiva prejudicar um inimigo político, beneficiar um amigo, conseguir vantagens pessoais para si ou para terceiros, estará fazendo prevalecer o interesse individual sobre o interesse público e, em conseqüência, estará se desviando da finalidade pública prevista em lei. Daí o vício do desvio de poder ou desvio de finalidade, que torna o ato ilegal” [[17]](#footnote-17)**.

**Dos efeitos da violação de princípios**

69. Sobre a gravidade de conduta que viola princípios, **WALDO FAZZIO JÚNIOR** ensina que **“Atentar contra princípios jurídicos é muito mais grave que violar regras; significa agredir todo o sistema. Justamente por isso, o texto do art. 4. ° da LIA, ao exigir que os agentes públicos cumpram e façam cumprir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, repercute o disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal” [[18]](#footnote-18)**.

70. Acerca do tema princípios constitucionais, leciona **CARMEM LÚCIA ANTUNES ROCHA** (*in* Princípios Constitucionais da Administração Pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 50) – jurista indicada para ser Ministra do **STF**, que **“Postos para serem determinantes de comportamentos públicos e privados, não são eles arrolados como propostas ou sugestões: formam o Direito, veiculam-se por normas e prestam-se ao integral cumprimento. A sua inobservância vicia de mácula insanável o comportamento, pois significa a negativa dos efeitos a que se deve prestar. Quer-se dizer, os princípios constitucionais são positivados no sistema jurídico básico para produzir efeitos e deve produzi-los”**.

71. Sobre esse tópico, **JOSÉ AFONSO DA SILVA** ensina que **“A Administração Pública é informada por diversos princípios gerais, destinados, de um lado, a orientar a ação do administrador na prática dos atos administrativos e, de outro lado, a garantir a *boa administração*, que se consubstancia na correta gestão dos negócios públicos e no manejo dos recursos públicos (dinheiro, bens e serviços) no interesse coletivo, com o que também se assegura aos administrados o seu direito a práticas administrativas honestas e probas”[[19]](#footnote-19)**.

72. Ainda sobre os princípios norteadores da administração pública, **HELY LOPES MEIRELES** pondera que **“Por esses padrões é que se hão de pautar todos os atos administrativos. Constituem, por assim dizer, os fundamentos da ação administrativa, ou, por outras palavras, os sustentáculos da atividade pública. Relegá-los é desvirtuar a gestão dos negócios públicos e olvidar o que há de mais elementar para a boa guarda e zelo dos interesses sociais”[[20]](#footnote-20)**.

# Da improbidade e do crime de responsabilidade

73. As inconstitucionalidades, ilegalidades e abusos contidos pelos Representados se agravam ainda mais porque eles incorreram em improbidade administrativa, porque os atos são lesivos ao erário e viola princípios administrativos (**Lei nº 8.429/92**), e em crime de responsabilidade, porque atentam contra a Constituição Federal, contra a probidade administrativa, dispõem de forma contrária à Constituição Estadual, infringem normas legais e porque os Representados procedem de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo (**Lei nº 1079/50, art. 4º, *caput* e inciso V; art. 9º, 4, 5 e 7**).

**DO ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO E ADMINISTRATIVO**

**Da tipificação do abuso**

74. Não há dúvida de que os Representados cometeram – pelo conjunto de ilicitudes que representam os documentos anexos, **abuso de poder econômico**, **político** e **administrativo** quando se utilizam de bens e serviços públicos, tudo com o objetivo ilícito de obter benefícios eleitorais suficiente para interferir no resultado do pleito.

75. **PEDRO HENRIQUE TÁVORA NIESS** leciona que **“O poder outorgado ao administrador público não deve ser usado em seu próprio benefício, nem para favorecer ou prejudicar outras pessoas, mas em proveito dos administrados indistintamente”**.

76. **FÁVILA RIBEIRO**, por seu turno, leciona que **“Com efeito, o abuso é o uso ilícito de poderes, faculdades, situações, causas ou objetos. Corruptela contrária à ordem do direito, desviando o exercício dos direitos subjetivos dos justos e verdadeiros fins do ordenamento jurídico.”[[21]](#footnote-21)**.

77. Ao usarem recursos provenientes do erário estadual para fins exclusivamente eleitorais viciam os atos supostamente lícitos. Como frisa **CAIO TÁCITO** **“A ILEGALIDADE MAIS GRAVE É A QUE SE OCULTA SOB A APARÊNCIA DE LEGALIDADE. A VIOLAÇÃO MALICIOSA ENCOBRE OS ABUSOS DE DIREITO COM A CAPA DA VIRTUAL PUREZA”[[22]](#footnote-22)**.

78. A utilização de recursos públicos em benefícios de candidaturas – a toda evidência, constitui **abuso de poder econômico, político**, atos estes viciam gravemente o pleito, eis que prejudica o direito de igualdade de todos no pleito e afeta o seu regular desenvolvimento, **“(...) sendo defeso o emprego de recursos em atividades ilícitas ou mesmo naquelas aparentemente lícitas, mas que visem, de forma indireta e em detrimento da indispensável isonomia, auferir o apoio do eleitorado (*v. g.*: realização de doações, ainda que sem solicitação de voto, no período que antecede o pleito). Afigura-se, inaplicável, nesta seara, a conhecida máxima de Maquiavel de que ‘fins justificam os meios’”[[23]](#footnote-23)**.

79. De outro lado, o **abuso de poder político, econômico e de autoridade** ocorre no momento em que os Representados violam o princípio da impessoalidade que deve nortear os atos da administração pública – haja vista que utilizam recursos públicos em prol de uma determinada candidatura.

80. Ocorreu, ainda, **abuso de poder político** no momento em que os Representados violam os princípios e normas acima invocados, assim quando cometem **abuso de poder** na modalidade ***desvio de finalidade***. **FÁVILA RIBEIRO** ensina que **“Há abuso de autoridade quando os instrumentos do poder público são aleivosamente manipulados para favorecimento a candidatos e agremiações políticas”[[24]](#footnote-24)**.

81. Os atos, não há dúvida, visaram macular, viciar, o processo eleitoral.

**Das sanções**

82. Os atos dos Representados – típicos **desvios e abusos de poder econômico, político e administrativo** ensejam a **I)** declaração de inelegibilidade dos Representados, **cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subseqüentes; II) cassação de registro ou diploma dos Representados candidatos,** conforme **LC 64/90**.

**DAS CONDUTAS VEDADAS**

**Considerações sobre as condutas vedadas**

83. Os Representados cometeram, ainda, a ilicitude tipificada no **inciso I** do **art. 73** da **Lei nº 9504/97**.

84. É do doutrinador **PEDRO HENRIQUE TÁVORA NIESS** a seguinte ponderação: **“Inspirada nos ideais democráticos, revela-se a nossa Constituição intransigente com atos que, ferindo princípios como o da moralidade e o da isonomia, possam macular a probidade administrativa, à qual se prendem a normalidade e a legitimidade das eleições, repugnando o comportamento desleal dos agentes públicos, tendentes a interferir no pleito eleitoral, provocando indesejável desequilíbrio entre as diversas candidaturas”[[25]](#footnote-25)**.

85. A partir dessa análise, fácil é concluir que as condutas vedadas são espécies do gênero **abuso de poder político e de autoridade**.

86. Aos fatos registrados – em fotografias e mídias anexos, por ser preceitos de ordem pública e autônomos, incidem, também, as normas cogentes da **Lei das Eleições** que cuidam das condutas vedadas.

87. O **art. 73**, **I**, da **Lei nº 9504/97**, preceitua que **“São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:** **ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”**.

88. O que se vê dos documentos anexos e dos que serão requisitados é que foi mobilizada toda a estrutura física e recursos do erário do Estado do Maranhão para promover a candidatura dos Representados candidatos.

89. **Houve, portanto, cessão e uso de bens móveis públicos em benefício de candidatos e coligação**.

**Da violação ao princípio da igualdade de oportunidade entre candidatos**

90. Exsurge evidente que os Representados incidiram na conduta ilícita acima tipificado no inciso **I** do **art. 73** da **Lei das Eleições**.

91. Tais condutas implicam violação ao **princípio da igualdade de oportunidade entre candidatos** de que cuida o *caput* do **art. 73** da **Lei das Eleições**, haja vista que os Representados se utilizaram de meios que aos demais candidatos não dispõem na estrutura das candidaturas deles.

92. Também aqui se aplica a regra de que violar princípio é mais grave que violar leis, ou seja, **“Atentar contra princípios jurídicos é muito mais grave que violar regras; significa agredir todo o sistema. Justamente por isso, o texto do art. 4. ° da LIA, ao exigir que os agentes públicos cumpram e façam cumprir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, repercute o disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal” [[26]](#footnote-26)**.

**Das sanções**

93. A ilicitude tipificada como conduta proibida (**inciso I** do **art. 73** da **Lei das Eleições**) implica a sanção **multa** para os Representados não candidatos e **multa** e **cancelamento do registro** ou **cassação do diploma**, cumulativamente, para os Representados candidatos. Isso é o que determina os **§§ 4º, 5º e 8º**  do **art. 73** da **Lei das Eleições**.

**DA REPERCUSSÃO DELETÉRIA DOS ATOS DOS REPRESENTADOS NO PLEITO ELEITORAL**

94. É mister que os atos dos Representados sejam suspensos e depois declarados nulos, sob pena de – se convalidado pelo Poder Judiciário Eleitoral, autorizar o Poder Executivo Estadual transferir para entidades privadas a prestação de serviços em “concorrência” com os Municípios e “por cima” deles, sobretudo, nas municipalidades nas quais os alcaides não foram capturados para compor a empreitada político-eleitoral do Representado-Governador. Estabelecer-se-á o caos legal, institucional e social.

95. Enfim, viciado estará o pleito eleitoral.

**DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR – DA PRESENÇA DO *FUMUS BONI IURIS* E DO *PERICULUM IN MORA***

96. Tangente ao ***fumus boni iuris*** (**RELEVÂNCIA DO FUNDAMENTO**), tudo quanto acima restou dito é esteio assaz para identificá-lo.

97. No que toca ao ***periculum in mora***, basta dizer um pleito hígido é garantia impostergável da cidadania. Ademais, restará ineficiente a decisão final porventura não concedida a liminar, porque os atos concretos dos Representantes de intervenção indevida já terão se propagado por imódico tempo, quando era para simplesmente nunca ter ocorrido, e surtido os efeitos de influenciar no resultado do pleito.

98. Quando o legislador diz que cabe liminar, está a determinar que **“A liminar não é uma liberalidade da Justiça”**, ou seja, **“não pode ser negada quando ocorrem os pressupostos”**, segundo lições de **HELY LOPES MEIRELLES**.

99. **PEDRO HENRIQUE TÁVORA NIESS** ensina que **“O prolator do despacho que ordena a notificação do representado deverá, de imediato, independentemente de pedido, mandar suspender o ato que motivou a revolta do representante, diz a lei, sempre que se evidenciar a relevância do fundamento da representação somada à ineficácia da medida se, afinal, já serodiamente, for acolhida”[[27]](#footnote-27)**. Mais adiante frisa: **“(...) se a inicial estiver suficientemente instruída, diante da relevância do fundamento nela apresentado, ou diretamente firmado na convicção do julgador, e havendo a probabilidade de ir-se agigantando, com o decurso do tempo, a conseqüência *a priori* aparentemente maléfica causada pelo ato impugnado, impõe-se seja a liminar concedida”[[28]](#footnote-28)**

100. É plenamente exeqüível, por este douto Juízo, a concessão de medida liminar, para garantir um pleito livre das interferências inconstitucionais, ilegais, abusivas e político-econômicas dos Representados, por ser relevante o fundamento apresentado e pelo perigo de que a demora na prestação jurisdicional resulte na ineficácia da medida, caso seja deferida quando do julgamento final do presente *mandamus*, consoante se extrai dos fatos e da doutrina acima transcrita.

101. De fato, a evidência da fumaça do bom direito deflui claramente dos próprios considerandos que embasam a presente ação, uma vez que a notoriedade dos fatos e as provas apresentadas demonstram que houve nítida ofensa a direito público subjetivo da municipalidade atingida, ressalte-se, ofensa essa causada por atos inconstitucionais e ilegais que, por sua vez, constituem abuso de poder qualificado pela improbidade e crime de responsabilidade.

102. Quanto ao perigo da demora, decorre da conclusão lógica de que, no caso, há fundado receio de danos irreparáveis para a higidez do pleito que se avizinha.

103. Deste modo, é de se requerer a concessão da liminar, tendo em vista a presença simultânea de seus requisitos autorizadores da tutela de urgência, eis que relevantes os fundamentos da impetração e a possibilidade de ineficácia da decisão se somente concedida no final do processo (possibilidade de lesão irreparável).

104. Finalmente não se pode ignorar que **§ 4º.** do **art. 73** da **Lei nº 9.504/97** diz expressamente que **“O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, (...)”**.

**DO PEDIDO**

**Do pedido de liminar**

Diante de todo o exposto e ponderado, requer que V. Exª. se digne de receber a presente Representação (AIJE) e, com fundamento na **letra “b”** do **inciso I** do **art. 22** da **LC 64/90**, ***initio litis*** e ***inaudita altera pars***, conceda **LIMINAR** para determinar a **suspensão das obras de pavimentação asfáltica** que o Estado do Maranhão estar a realizar nas vias públicas do Município de Coroatá, via Secretaria de Infraestrutura do Estado, bem como para se abster de transferir dinheiro para a empresa privada que é responsável pelas obras, determinações estas, todas elas, com efeito até o trânsito em julgado da decisão, haja vista a presença do *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* já identificados.

Pede, outrossim, que seja registrada, no corpo do ofício/mandado liminar, a advertência de que o não cumprimento imediato da medida urgente caracteriza flagrante **delito de crime de desobediência**, nos termos do **art. 330** do **CP**.

**Dos pedidos meritórios**

Requer, outrossim, que Vossa Excelência, a final, julgue procedentes os pedidos para – no que tange **desvio e abuso de poder econômico, político e administrativo**, **I)** **DECLARAR A INELEGIBILIDADE** de **todos** os Representados, **cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subseqüentes**; **II) CASSAÇÃO DE REGISTRO OU IPLOMA do Representado candidato** e,

**CUMULATIVAMENTE**,

quanto às **condutas vedadas**,

**I) MULTA** para **todos** os Representados e **II) CASSAÇÃO DO REGISTRO OU DIPLOMA** do Representado candidato.

**Dos demais requerimentos**

Pede que os Representados sejam notificados para, querendo, apresentar defesa, caso queiram.

Requer que seja ouvido o representante do Ministério Público Eleitoral.

Porque os ilícitos praticados pelos Representados são – também, **improbidade administrativa**, a teor do que preceitua o **§ 7º** da **Lei das Eleições** cópia do processo deve ser enviado ao Ministério Público Estadual para os fins a que se destinam.

**Do requerimento de prova**

Protesta pela juntada de outros documentos que seguem com a inicial e degravação das mídias anexas, assim como a produção das seguintes provas:

**a)** requisição da Secretária de Infraestrutura do Estado do Maranhão de cópias dos processos administrativos e licitatório que deram causa as obras de pavimentação das ruas da cidade de Coroatá;

**b)** requisição da Secretária de Infraestrutura do Estado do Maranhão de informações sobre valores gastos com as obras de pavimentação das ruas da cidade de Coroatá;

**c)** requisição ao CREA/MA de informações sobre o registro da obras de pavimentação de vias urbanas na cidade de Coroatá pelo Estado do Maranhão no curso do ano de 2016.

Nestes termos,

pede deferimento.

São Luís (MA), 22 de setembro de 2016.

P.p.

**Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo**

**OAB/MA – 5166**

P.p.

**Mailson Neves Silva**

**OAB/MA – 9.437**

**Wemerson Tiago Alves Amorim Silva**

**OAB/MA – 13.543**

**ROL DE TESTEMUNHAS**

1. Ernani Oliveira Alves, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, CPF 09492143372, residente e domiciliada na Rua das Mitras, Edificio Lausani, Ap. 704, Renascença II, São Luís/MA.
2. Henrique Moraes Boega, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF nº. 534.309.307-82, residente e domiciliado à Av. brasil, n. 15, olho D´agua, São Luis/MA.
3. Lorainy Christiny da Silva Santos, brasileira, solteira, engenheira civil, RG 184877420013, CPF 00115927379, residente e domiciliada na Av. Central Nº 2020, Bairro Mariol.
4. João de Luna Arruda Filho, Secretário Adjunto de Manutenção de Obras Rodoviárias – SEAMOR, podendo ser localizado com endereço à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n. º, Edifício Nagib Haickel, 3º andar, Bairro Calhau - São Luis-MA
5. Adenilson Pontes Rodrigues, Subsecretário – SINFRA, podendo ser localizado com endereço à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n. º, Edifício Nagib Haickel, 3º andar, Bairro Calhau - São Luis-MA

1. <http://garrone.com.br/amovelar-coloca-10-pontos-de-diferenca-e-avanca-para-vencer-em-coroata-segundo-data-m/> acessado em 23/09/2016 [↑](#footnote-ref-1)
2. http://www.coroatadeverdade.com/2016/07/governador-flavio-dino-declara-apoio.html [↑](#footnote-ref-2)
3. http://www.blogdodesa.com.br/x/em-video-governador-flavio-dino-declara-apoio-a-luis-da-amovelar-filho-em-coroata/ [↑](#footnote-ref-3)
4. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 13ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 522. [↑](#footnote-ref-4)
5. **TJSP - AI 384.316-5/2 - Santos - 8ª CDPúb. - Rel. Des. Toledo da Silva - J. 15.12.2004** [↑](#footnote-ref-5)
6. DI PIETRO, Maria Sylvia Zenella. Ob. cit. p. 72. [↑](#footnote-ref-6)
7. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Ob. cit. p. 49. [↑](#footnote-ref-7)
8. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Ob. cit. p. 49. [↑](#footnote-ref-8)
9. MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 13ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 34. [↑](#footnote-ref-9)
10. MELLO, Celso Antonio Bandeira. Ob. cit. p. 34. [↑](#footnote-ref-10)
11. MELLO, Celso Antonio Bandeira. Ob. cit. p. 38. [↑](#footnote-ref-11)
12. MELLO, Celso Antonio Bandeira. Ob. cit. p. 38. [↑](#footnote-ref-12)
13. MELLO, Celso Antonio Bandeira. Ob. cit. p. 362. [↑](#footnote-ref-13)
14. MELLO, Celso Antonio Bandeira. Ob. cit. p. 362. [↑](#footnote-ref-14)
15. MEIRELLES, Hely Lopes. Ob. cit. p. 96. [↑](#footnote-ref-15)
16. DI PIETRO, Maria Sylvia Zenella. Ob. cit. p. 72. [↑](#footnote-ref-16)
17. DI PIETRO, Maria Sylvia Zenella. Ob. cit. p. 63. [↑](#footnote-ref-17)
18. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Ob. cit. p. 176. [↑](#footnote-ref-18)
19. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 650. [↑](#footnote-ref-19)
20. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19ed. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 82. [↑](#footnote-ref-20)
21. RIBEIRO, Fávila. **Abuso de Poder no Direito Eleitoral**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 20. [↑](#footnote-ref-21)
22. TÁCITO, Caio. **Temas de Direito Público**. Vol. I. Rio de Janeiro: Renovar, p. 71. [↑](#footnote-ref-22)
23. GARCIA, Emerson. **Abuso de Poder nas Eleições**. 2ed. Lumen Juris, 2004. p. 40. [↑](#footnote-ref-23)
24. RIBEIRO, Fávila. **Direito Eleitoral**. 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 562. [↑](#footnote-ref-24)
25. NIESS, Pedro Henrique Távora. **Direitos Políticos – Elegibilidade, Inelegibilidade e Ações Eleitorais**. 2ed. Bauru: EDIPRO, 2000. p. 48. [↑](#footnote-ref-25)
26. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Ob. cit. p. 176. [↑](#footnote-ref-26)
27. NIESS, Pedro Henrique Távora. Ob. cit. p. 233-234. [↑](#footnote-ref-27)
28. NIESS, Pedro Henrique Távora. Ob. cit. p. 235. [↑](#footnote-ref-28)